

INVISIBILIDADE TRADUZIDA EM NEGLIGÊNCIA PARA COM A POPULAÇÃO LÉSBICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA

LETIANE BORGES CANEZ¹; LISIANE DA CUNHA MARTINS DA SILVA²;
RENATA VIEIRA AVILA³; MARINA SOARES MOTA⁴; MICHELE MANDAGARÁ
DE OLIVEIRA⁵; POLIANA FARIAS ALVES⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – letianecanez@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lisicunha.martins@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – rerreavila@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – msm.mari.gro@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – michele.mandagara@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – polibrina1@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em busca de visibilizar suas existências e assim as suas respectivas necessidades, ao decorrer do 1º Seminário Nacional Lésbico ocorrido no Brasil, no ano de 1996, ativistas lésbicas instituíram o dia 29 do mês de agosto como o dia da visibilidade lésbica no país, população essa invisibilizada até mesmo na atual comunidade LGBT (REIS, 2018).

Temáticas a respeito da população LGBT são abordadas de maneira insuficiente no âmbito social, principalmente no que se refere à população lésbica. A invisibilidade acerca dessa população em especial atua de modo a silenciar as suas vozes, sobre a qual disparam-se também outras diversas violências, o que contribui para as diferentes formas de negligência que transpassam as experiências de vida dessas mulheres.

Mulheres lésbicas são alvo de lesbofobia, violência caracterizada pela discriminação com relação à orientação sexual, pela misoginia e pelo machismo, esses intrinsecamente presentes em nossa sociedade. Dentre as violências mais comuns para com a população lésbica, tem-se as de cunho físico, sexual, e psicológico, a invalidação e a fetichização acerca da sua sexualidade, e ressalta-se a negligência quanto à sua saúde, tendo em vista que o sistema de saúde ainda se mostra despreparado tanto em recursos humanos quanto em recursos materiais ao se deparar com mulheres que se relacionam com mulheres, sendo presente também a discriminação por parte dos profissionais (BRASIL, 2014).

Notando a ausência de informações acessíveis e esclarecedoras sobre a população lésbica e as suas necessidades, sobretudo no que se refere à saúde, em detrimento justamente da invisibilidade a permear essa população, este resumo tem como objetivo relatar a experiência de uma ação extensionista desenvolvida pelo projeto de extensão Coletivo Hildete Bahia: Diversidade e Saúde, da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, a qual objetivou promover o debate e a conscientização da população geral acerca da existência lésbica e das demandas advindas da mesma.

2. METODOLOGIA

O presente resumo trata-se de um relato de experiência, a qual foi organizada por uma discente e desenvolvida pela mesma juntamente de outras duas discentes do curso de Enfermagem, e concomitantemente pela coordenadora adjunta do Coletivo Hildete Bahia, que descrevem a ação e a produção de um sequência de cards informativos à respeito da população lésbica.

O processo de confecção dos cards, ao todo, compreendeu o período de 21 dias, que foram revisados por ambas as coordenadoras do projeto de extensão em questão, com as postagens sendo realizadas nos dias 28, alertando a comunidade para as postagens posteriores, e 29 de agosto, data a qual é instituída nacionalmente como o Dia da Visibilidade Lésbica objetivando exatamente visibilizar a temática, utilizando-se recursos on-line para a sua realização em razão da pandemia COVID-19.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para produção dos cards realizou-se a busca por referências, visando utilizar as mais atuais possíveis, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, Google acadêmico, Portal de Periódicos CAPES, Scielo e Ministério da Saúde sobre saúde e visibilidade da população lesbica, sendo utilizados oito artigos no total, com datas de publicação de 2008 (1), 2011 (1), 2014 (1), 2017 (2) e 2018 (2).

Após busca e leitura das referências para embasar cientificamente a produção dos textos, foram confeccionados onze cards através de uma plataforma de design gráfico, portando as informações juntamente das referências utilizadas para tais, que foram divulgados nas redes sociais. Quanto a divulgação, utilizou-se as redes sociais do Coletivo visando manter uma conexão com a comunidade e a promoção de debates importantes, como as dificuldades enfrentadas pelas mulheres lésbicas, honrando assim o seu propósito como extensão. Os cards confeccionados possuíam informações sobre a simbologia lésbica, políticas públicas e a saúde voltada à população, além de esboçar as lutas enfrentadas por essas mulheres, informações relevantes referentes às violências e ao lesbocídio, a morte dessas, a ocorrer em território nacional.

A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, originalmente de 2004, não contempla as necessidades de saúde da população lésbica no Sistema único de Saúde (SUS) pelas atividades as quais se dispõe, com o foco de sua implementação permanecendo centrado na suposição da heterossexualidade e na saúde reprodutiva das mulheres até os dias atuais, ignorando assim os demais aspectos que dizem respeito à uma atenção a ser prestada integralmente, fazendo-se urgente a elaboração de políticas públicas que compreendam mulheres lésbicas como também mulheres (BRASIL, 2011).

Para a elaboração de tais políticas, principalmente de saúde, um dos princípios organizativos do SUS se faz de suma importância, sendo esse a participação popular, que objetiva possibilitar a consideração das respectivas especificidades das populações. Com isso, uma cartilha acerca dos Direitos, Saúde e Participação Social das Mulheres Lésbicas e Bissexuais foi publicada no ano de 2013, promovendo visibilidade à população de mulheres que se relacionam com mulheres, seja exclusivamente ou não (BRASIL, 2013).

A cartilha específica os objetivos da Política de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, de 2012 e que caracterizou grande e insquecionável avanço para a comunidade LGBT, para com a saúde também de mulheres lésbicas e bissexuais. Dentre esses, destaca-se a prevenção de cânceres ginecológicos e IST'S, o acesso a tratamentos qualificados, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, o combate ao preconceito e a discriminação, a promoção de respeito nos serviços, e a participação de suas representações nos conselhos e conferências de saúde. Ainda, minimizar os danos relacionados à saúde mental, consumo de álcool e outras drogas, depressão e suicídio, atuando de forma a prevenir, promover e recuperar a saúde, incluir ações educativas voltadas à

promoção da autoestima, e à eliminação do preconceito por orientação sexual, identidade de gênero, raça, cor e território para a sociedade geral nos serviços de saúde, do mesmo modo que incluir o enfrentamento à tais discriminações nos processos de educação permanente dos gestores, trabalhadores e integrantes dos conselhos de saúde (BRASIL, 2012).

E, em 2014 publicou-se o relatório da oficina Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, contando com a presença de ativistas, pesquisadoras, representantes de governos estaduais e municipais e dos ministérios promotores da atividade, que promoveu a discussão quanto às necessidades de mulheres que se relacionam com mulheres objetivando propiciar o desenvolvimento de materiais sobre a promoção e a atenção integral à saúde dessa população, sendo uma reivindicação antiga da mesma (BRASIL, 2014).

Segundo PERES (2018), 126 mulheres foram mortas no Brasil entre 2014 e 2017 por serem lésbicas, com 54 desses casos ocorrendo só em 2017. 83% dos assassinatos foram cometidos por homens e 71% deles ocorreram em locais públicos, sendo 43% dos assassinos desconhecidos para as vítimas. 2017 também teria sido o ano no qual teve-se o registro de maior número de suicídios na população lésbica. De acordo com o estudo, cujo dados foram coletados através das redes e das mídias sociais, os indicativos apresentados pelo mesmo estão distantes dos reais números quanto à questão do lesbocídio, tendo em vista a inexistência de dados oficiais sobre a questão em si, o que leva à reflexão quanto às condições de vida ofertadas à estas mulheres.

A partir da experiência proporcionada pela produção dos cards, percebeu-se a escassez de estudos e materiais a respeito da população lésbica e em especial sobre os aspectos relacionados à sua saúde. Dessa forma, considerando, novamente, a relevância do assunto e a ausência do mesmo nos meios sociais, outra ação foi idealizada pelo grupo, que tendo em vista o atual contexto vivenciado consistiria na realização de uma “live”, a ocorrer por meio das redes sociais do Coletivo Hildete Bahia, contando com convidados aptos a debater a temática juntamente da comunidade.

4. CONCLUSÕES

A invisibilização destas mulheres culmina na negligência Estadual sobre as suas existências, o que é evidenciado através das políticas públicas de saúde direcionadas às mulheres, que mostram-se notadamente heteronormativas, desconsiderando as práticas lésbicas e consequentemente subestimando a necessidade de cuidados acerca da sexualidade das mesmas, que possuem direito à uma saúde respeitosa e de qualidade. É preciso compreender, inclusive, a amplitude do conceito de saúde bem como a relevância dos seus determinantes para com a sua manutenção, como a prevalência das violências e os seus impactos para com os indivíduos.

Com o desenvolvimento da ação evidenciou-se que, o acesso a informações, para os profissionais e para as usuárias acerca de seus respectivos direitos e deveres, é imprescindível para que as necessidades dessa população sejam finalmente visibilizadas nos serviços de saúde e na sociedade, sendo possível promover a desmistificação da temática lésbica ao fazê-la tema de fato.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à**

saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 82 p. Online. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Mulheres lésbicas e bissexuais: direitos, saúde e participação social.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 32 p. Online. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mulheres_lebicas_bisexuais_direitos_saude.pdf?source=post_page----->.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 32 p. Online. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lebicas_gay_s.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Brasília: Ministério da Saúde,** 2014. Online. Disponível em:<<http://www.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/31/livreto-atencao-a-saude-de-mulheres-lebicas-versao-web.pdf>>.

UFJF. **Dia do Orgulho Lésbico: 19 de agosto.** Grupo de Estudos e Pesquisas, Educação e Feminismos, 21 ago 2017. Online. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/educacomunicafeminismos/2017/08/21/dia-do-orgulho-lebico-19-de-agost/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FACCHINI, R. **Entre umas e outras: Mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo.** 23 de junho de 2008. Tese de doutorado apresentada ao programa de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

HAUER, M. Saúde de mulheres lésbicas na atenção primária: expectativas de usuárias do Sistema Único de Saúde. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, Florianópolis, 2017. Anais eletrônicos.

PERES, Milena Cristina Carneiro. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017.** Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. 116 p. Online. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADo-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

REIS, Toni, org. **Manual de Comunicação LGBTI+.** 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018. Online. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.